



**MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ**

**Câmara Municipal**

---

**PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA:**

**Iluminação eficiente em edifícios públicos - Equipamento de  
Iluminação / Casa das Artes, Estádio, Pavilhão e Piscina Municipal**

**CADERNO DE ENCARGOS**



## **CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **Secção I - Disposições gerais**

#### **Artigo 1º- Objeto do concurso**

1. O presente Concurso tem por objeto a aquisição de equipamento de iluminação, visando a eficiência energética em Edifícios Públicos, serviços acessórios e respetiva instalação; com base na descrição e características constantes nas CLÁUSULAS TÉCNICAS - **Anexo A**, do Caderno de Encargo.
2. O fornecimento e montagem deverá ser efetuado nos edifícios públicos, situados no Concelho de Arcos de Valdevez.

#### **Artigo 2º - Entidade pública adjudicante**

1. A entidade pública adjudicante é o Município de Arcos de Valdevez, através da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, órgão que tomou a decisão de contratar, que tem sede na Praça Municipal, 4974-003, Arcos de Valdevez, telefone 258 520500 e de fax 258520509.

#### **Artigo 3º - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) O presente Caderno de Encargos;
  - b) A Proposta Adjudicatária.
3. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do Contrato, seguidamente o do Caderno de Encargos e por fim a Proposta do adjudicatário.

#### **Artigo 4º - Sigilo**

1. O concorrente ou agrupamento de concorrentes garantirá o sigilo quanto a informações de que os seus colaboradores venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.
2. A entidade adjudicatária reconhece que lhe foi e será futuramente fornecida informação e documentação de carácter confidencial ("Informação Confidencial"), entendendo-se por informação confidencial toda a informação escrita ou oral relacionada com a operação, qualquer análise ou documento elaborado com base nessa informação disponibilizada, bem como qualquer informação prestada no âmbito de quaisquer conversações.

3. De acordo com a natureza de confidencialidade da informação prestada, a entidade adjudicatária compromete-se a:
- a) Tratar a informação confidencial, em qualquer momento, com total reserva e absoluta confidencialidade, adotando para o efeito todas as precauções necessárias, não podendo revelá-la a qualquer pessoa ou entidade, a não ser ao abrigo do presente compromisso;
  - b) Manter a confidencialidade acerca da informação prestada, revelando-a apenas aos seus representantes e a qualquer outra entidade em relação à qual a entidade adjudicante tenha dado o seu prévio consentimento por escrito, comprometendo-se a entidade adjudicatária a assegurar que as entidades a quem seja divulgado a informação confidencial sejam devidamente informadas da sua natureza confidencial, e que aceitem, na íntegra e sem reservas, o presente compromisso nos exatos termos e condições aceites pela entidade adjudicatária;
  - c) Aceitar e reconhecer que a prestação de informação confidencial não conferirá à entidade adjudicatária quaisquer direitos sobre ela, a qual permanecerá para todos os efeitos propriedade da entidade adjudicante. Em particular, a entidade adjudicatária compromete-se a não utilizar esta informação para as relações comerciais ou de negócio que mantém atualmente ou que possam vir a ter com a entidade adjudicante ou com terceiros com os quais estes tenham agora ou no futuro relações comerciais ou de negócio de qualquer tipo.
4. A expressão informação confidencial não inclui informação que:
- a) Seja ou se tome de domínio público desde que tal não resulte de uma divulgação feita pela entidade adjudicatária ou por qualquer dos seus atuais representantes ou;
  - b) Esteja já na posse da entidade adjudicatária, ou na dos seus representantes ou com expressa indicação da sua não confidencialidade.
5. Caso a entidade adjudicatária ou os seus representantes a quem tenha sido transmitida, no todo ou em parte, informação confidencial fiquem legalmente obrigados a revelar algum elemento constante da mesma, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de entidade de regulação ou de fiscalização, a entidade adjudicatária compromete-se - e fará com que os seus representantes também se comprometam - a avisar de imediato a entidade adjudicante, previamente à divulgação da informação confidencial, de modo a que sejam conjuntamente asseguradas quaisquer providências necessárias para manter, dentro do legalmente permitido, a confidencialidade da informação confidencial.

#### **Artigo 5º - Prazo**

1. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão do fornecimento em conformidade com os respetivos termos e condições, e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### **Artigo 6º - Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior deve:
  - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
  - b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

### **Artigo 7º - Penalidades**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 325.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, no caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, o mesmo incorrerá numa penalidade correspondente ao dobro da prestação em falta.
2. Podem ser fixados outros valores superiores aos apurados pela sanção indicada no número anterior decorrentes das regras gerais de direito.

### **Artigo 8º Atos e direitos de terceiros**

1. Sempre que a entidade adjudicatária sofra atrasos na execução do contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de oito dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, a entidade pública contratante, a fim de que a mesma possa ficar habilitada a tomar providências que estejam ao seu alcance.

### **Artigo 9º - Casos fortuitos ou de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar, justificar e comprovar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

## **Secção II - Obrigações contratuais**

### **Secção II.I- Obrigações do fornecedor de bens**

#### **Artigo 10º - Obrigações principais do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações:
  - a) Obrigação de fornecimento, entrega, montagem e ligação dos bens identificados na sua proposta e presente Caderno de Encargos;
  - b) Cumprimento dos pontos da **Cláusula 1.ª – Objeto do Concurso** e das **CLÁUSULAS TÉCNICAS - Anexo A** do Caderno de Encargos;
  - c) Cumprimento dos pontos referidos na **Cláusula 5.ª – Prazo de Entrega** das **CLÁUSULAS TÉCNICAS - Anexo A** do Caderno de Encargos;
  - d) Os bens objeto do Ajuste Direto devem ser entregues e instalados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;
  - e) Equipar a instalação com o equipamento e ligações necessárias ao cumprimento das regras técnicas e regulamentares aplicáveis.
  - f) É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens;
  - g) Obrigação de verificação da respetiva conformidade com o contrato.

#### **Artigo 11º - Local de entrega**

1. A entrega e instalação dos bens objeto do presente procedimento será realizada nos Edifícios da Casa das Artes, Pavilhão, Estádio e Piscina Municipal, no concelho de Arcos de Valdevez, conforme estipulado na **Cláusula 1.ª** das **CLÁUSULAS TÉCNICAS - Anexo A** do Caderno de Encargos.
2. Com o término do contrato do Ajuste Direto, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos equipamentos para o Município de Arcos de Valdevez, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do Ajuste Direto e respetivos documentos para o local de entrega e instalação são da responsabilidade do fornecedor.

### **Artigo 12º - Prazo de entrega e instalação dos bens**

1. O fornecedor obriga-se a efectuar a totalidade do fornecimento objeto do contrato até o termo do prazo, e em conformidade com a **cláusula 5.ª das CLÁUSULAS TÉCNICAS - Anexo A** deste Caderno de Encargos.

## **Secção II.II– Obrigações da entidade adjudicante**

### **Artigo 13º - Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objecto do Ajuste Direto o Município de Arcos de Valdevez deve pagar ao fornecedor o preço devido pelo fornecimento que constitui objeto do contrato, constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja estritamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez.

### **Artigo 14º - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Arcos de Valdevez, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pelo Município das respetivas faturas.
2. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou cheque.

## **SECÇÃO III – Resolução de litígios**

### **Artigo 15º - Foro competente**

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato é o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

### **Artigo 16º - Resolução**

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato, confere à outra parte, o direito de rescindi-lo, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

### **Artigo 17º - Legislação aplicável**

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicada).

## CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Anexo A

#### Cláusula 1.<sup>a</sup> – Especificações e quantidades de bens a fornecer

##### 1. Bens a fornecer e instalar:

- 1.1. O equipamento a fornecer ao Município (S.Led) terá as características indicadas na proposta adjudicada, capazes de proporcionar reduções significativas da energia consumida, através da redução significativa da potência instalada.
- 1.2. A Classe e IP do equipamento a instalar deverá ser idêntica à do equipamento existente.
- 1.3. A temperatura de cor será a adequada para cada local e de acordo com as indicações neste CE.
- 1.4. O presente Concurso tem por objeto a aquisição de equipamento de iluminação, visando a eficiência energética em Edifícios Públicos, serviços acessórios e respetiva instalação, conforme quantidades discriminadas na tabela seguinte:

Zona	Equipamento (*)	Quantidade	Potência unit.(W)	Horas Utiliz./dia	Dias Utiliz./ mês	Consumo Total (KWh/ano)
Piscina Municipal	NVC – NHLED103-150W(*)	28	150	7	30	10.584
Piscina Municipal	NVC – NHLED103-150W(*)	2	150	16	30	1.728
Pavi. Municipal	NVC – NHLED102-120W(*)	40	120	8	30	13.824
Pavi. Municipal	NVC – NHLED102-120W(*)	9	120	8	30	3.110
Pavi. Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	7	25	16	30	1.008
Pavi. Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	15	20	16	30	1.728
Pavi. Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	15	20	16	30	1.728
Pavi. Municipal	NVC-NLED4024C – 36W – 600X600(*)	8	36	16	30	1.659
Pavi. Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	8	20	9	22	380
Pavi. Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	2	25	2	30	36
Pavi. Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	14	20	2	30	202
Pavi. Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	3	25	2	30	54
Pavi. Municipal	NVC-NLED4024C – 36W – 600X600(*)	8	36	9	22	684
Pavi. Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	7	25	9	22	416
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	4	20	9	22	190
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	6	20	24	22	760
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	4	25	9	22	238
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	2	20	9	22	95
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 60 cms 10W(*)	4	10	9	22	95
Casa das Artes	NVC-NLED4024C – 36W – 600X600(*)	4	36	9	22	342
Casa das Artes	NVC-NLED4024C – 36W – 600X600(*)	2	36	9	22	171
Casa das Artes	NVC-NLED4024C – 36W – 600X600(*)	2	36	9	22	171
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	4	20	8	22	169
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	4	20	8	22	169
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	4	20	8	22	169
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	4	20	8	22	169
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	7	20	9	22	333
Casa das Artes	A4ULF25X28030(*)	7	33	11	22	671
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 60 cms 10W(*)	4	10	9	22	95

Zona	Equipamento (*)	Quantidade	Potência unit.(W)	Horas Utiliz./dia	Dias Utiliz./ mês	Consumo Total (KWh/ano)
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 60 cms 10W(*)	2	10	9	22	48
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	2	20	9	22	95
Casa das Artes	NVC-LED GU10A 7W(*)	20	7	4	22	148
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 60 cms 10W(*)	8	10	2	22	42
Casa das Artes	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	16	20	2	22	169
Casa das Artes	A4ULF29X39120(*)	2	133	11	30	1.053
Estádio Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	28	20	6	22	887
Estádio Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	80	25	6	22	3.168
Estádio Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	6	25	6	22	238
Estádio Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	4	25	6	22	158
Estádio Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	8	25	6	22	317
Estádio Municipal	ADAYO – Downlight 15 w(*)	24	15	6	22	570
Estádio Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 120 cms 20W(*)	6	15	6	22	143
Estádio Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 60 cms 10W(*)	28	10	6	22	444
Estádio Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	21	25	6	22	832
Estádio Municipal	ADAYO-TUBO T8 LED 150 cms 25W(*)	12	25	2	12	86
Total		495	1548			49375

(\*) ou equivalente

- 1.5. A instalação do equipamento objeto do contrato abrange, quando seja o caso, a substituição e a remoção do equipamento existente do Município, a substituir, e bem assim, as intervenções ao nível da instalação eléctrica existente, que sejam estritamente necessárias à instalação do equipamento objeto do contrato.
- 1.6. A quantificação das horas de funcionamento de cada ponto de consumo, foi obtida com base no funcionamento real das instalações, não se prevendo alterações ao perfil de utilização e funcionamento existente.
- 1.7. Considerando estes pressupostos de funcionamento, o Município tem como objectivo poupanças médias de energia eléctrica não inferiores a 49.375kwh/ano. O presente fornecimento inclui os ensaios de funcionamento e a medição e verificação dos consumos resultantes das substituições de equipamento efetuadas.
- 1.8. As estruturas dos edifícios alvo, quer fisicamente, quer electricamente, encontram-se em bom estado de conservação.
- 1.9. Não se prevêem intervenções ao nível dos quadros eléctricos.
2. Remoção dos equipamentos existentes
  - 2.1. As luminárias existentes estão equipadas com lâmpadas de tecnologias consideradas obsoletas pelo Município, para utilização em edifícios; incandescentes, halogénio, fluorescentes T8 com balastro ferromagnético, ou mesmo de descarga, (VS, VM, IM).
  - 2.2. Os equipamentos retirados das instalações intervencionadas, deverão ser entregues em local a designar pelo Município.





### 3. Prazos e coordenação de montagem

- 3.1. A instalação do equipamento objeto do contrato deve estar concluída no prazo constante da proposta adjudicada, o qual não pode ser superior a 90 dias após a receção, pelo Adjudicatário, da comunicação de adjudicação.
- 2.2. O Adjudicatário deve comunicar ao Município, com a antecedência de 5 dias, a data em que pretende proceder à entrega dos equipamentos e dar início à respetiva instalação.
- 2.3. O Município deve facilitar o acesso do Adjudicatário aos locais para entrega dos equipamentos, não perturbar o decurso da entrega e instalação, e assegurar as licenças e autorizações necessárias para a implementação do projecto.
- 2.4. No caso de a data agendada pelo Adjudicatário para a entrega do equipamento e início da respetiva instalação não seja conveniente para o Município, pode este solicitar o respetivo adiamento, caso em que as partes devem acordar nova data.
- 2.5. Na situação prevista no número anterior, o prazo para a conclusão da instalação a que se refere o n.º 4 suspende-se durante o período que medeia entre a data indicada pelo Adjudicatário para a entrega do equipamento e início da respetiva instalação, nos termos do n.º 5, e a data que venha a ser acordada pelas partes nos termos do número anterior.
- 2.6. O Adjudicatário deve garantir que os serviços de instalação do equipamento são realizados com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente no que respeita a equipamentos elétricos, a segurança e em matéria laboral.
- 2.7. O Adjudicatário deve diligenciar no sentido de a entrega do equipamento e a respetiva instalação decorrerem com a menor perturbação possível para os serviços do Município instalados nos locais em causa.
- 2.8. O Adjudicatário deve coordenar os seus trabalhos com outros que eventualmente ocorram no mesmo local.

### **Cláusula 2.ª – Obrigações das Partes**

#### 1. Verificação da conformidade do equipamento

- 1.1. O Adjudicatário é responsável perante o Município por qualquer falta de conformidade do equipamento objeto do contrato que exista no momento em que o equipamento lhe é entregue, desde que esta situação não seja imputável ao levantamento da situação inicial efectuado pelo Município.

- 1.2. No dia seguinte à conclusão da instalação do equipamento, o Adjudicatário deve comunicar tal facto ao Município e agendar data para a verificação conjunta pelas partes da conformidade do equipamento com o contrato, a qual deve ocorrer no prazo máximo de 10 dias após a receção da comunicação pelo Município.
- 1.3. A verificação a que se refere a presente cláusula incide sobre o cumprimento dos requisitos sobre a potência consumida pelo equipamento instalado.
- 1.4. A verificação é realizada mediante amostragem adequada, acordada entre as partes até à data da verificação, não podendo, em caso algum, a amostra objeto de verificação ser inferior a 1% nem superior a 5% dos equipamentos objeto do contrato.
- 1.5. É responsabilidade do Adjudicatário a disponibilização dos meios e equipamentos necessários para a realização da operação de verificação prevista na presente cláusula.
- 1.6. Concluída a verificação, e cumpridos os requisitos do CE deve ser lavrado um auto de receção provisória do equipamento, assinado pelas partes, no qual se declare que o equipamento está conforme com o contrato.
- 1.7. O auto de receção provisória do equipamento referido no número anterior deve ser lavrado, em dois exemplares, ficando um para cada uma das partes.
- 1.8. No caso de o Município considerar que o equipamento instalado não está conforme com o contrato, tal facto, devidamente fundamentado, deve ficar registado no auto da verificação, devendo as partes acordar sobre o prazo adequado para a correção pelo Adjudicatário das desconformidades detetadas.
- 1.9. Após a realização da correção referida no número anterior, as partes procedem a nova verificação do equipamento, aplicando-se o disposto nos números anteriores.
- 1.10. É aplicável o disposto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 395.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 3.ª – Garantia Técnica**

1. O Adjudicatário garante a conformidade do equipamento fornecido e instalado com o contrato durante o período de 2 (dois) anos a contar da data do auto de receção provisória do equipamento que ateste a sua conformidade com o contrato.
2. A garantia prevista na presente cláusula abrange as desconformidades de fabrico e de instalação do equipamento, não abrangendo, designadamente, as que resultem de deficiente utilização, da intervenção de terceiras entidades, de atos de vandalismo, da qualidade da energia ou de caso de força maior.
3. A garantia prevista no número anterior abrange a substituição gratuita do equipamento, a efetuar no mais curto espaço de tempo após a denúncia da desconformidade pelo Município.
4. À obrigação de garantia prevista na presente cláusula é aplicável o disposto no artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



#### **Cláusula 4.<sup>a</sup> - Preço Contratual Base**

1. No preço contratual apresentado pelo concorrente contam todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez, incluindo as despesas de carga ou armazenamento/estaleiro, sendo o preço contratual máximo aceite **18.888,28** euros, valor acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup> – Prazo de Entrega**

1. O prazo para entrega e montagem do equipamento é de 90 dias.

A Engenheira Eletrotécnica

(Sérgia Catarina Gonçalves de Araújo Fernandes Ligeiro)